

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO -
COMPESA

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2019

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2019

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife-PE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 15 de agosto de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	130.022	79.140	Empréstimos e financiamentos	12	43.798	43.937
Contas a receber de clientes	5	554.241	512.111	Fornecedores	13	161.302	128.053
Estoques	6	59.271	51.148	Debêntures	14	50.541	51.725
Ativo fiscal corrente	7	86.343	63.451	Depósitos e retenções contratuais		2.625	2.619
Convênios e outros investimentos	8	15.198	12.649	Passivo fiscal - corrente	15	26.621	28.957
Outros créditos a receber	9	15.497	17.485	Passivo fiscal - diferido	15	10.443	9.339
Despesas antecipadas		800	1.040	Consignações a recolher		4.614	5.140
				Salários e encargos sociais a pagar	16	66.278	55.599
Total do ativo circulante		861.372	737.024	Juros sobre capital próprio a pagar		84.635	93.705
				Outras contas a pagar	17	13.557	13.746
Não circulante				Total do passivo circulante		464.414	432.820
Contas a receber de clientes	5	25.227	27.467				
Ativo fiscal diferido	7	727	727	Não circulante			
Convênios e outros investimentos	8	140.991	143.505	Empréstimos e financiamentos	12	111.125	113.062
Depósitos judiciais		104.985	91.147	Debêntures	14	60.796	90.342
Investimentos		637	625	Provisão para perdas em processos judiciais	18	92.579	71.574
Imobilizado	10	110.531	100.021	Passivo fiscal - corrente	15	554	554
Intangível	11	6.581.791	6.247.915	Passivo fiscal - diferido	15	32.490	31.642
				Outras contas a pagar	17	878.075	762.050
Total do ativo não circulante		6.964.889	6.611.407	Benefício a empregados		188.003	188.003
				Total do passivo não circulante		1.363.622	1.257.227
				Total do passivo		1.828.036	1.690.047
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	5.082.376	5.010.683
				Adiantamento para futuro aumento de capital		744.623	513.907
				Ajustes de avaliação patrimonial		(14.825)	(14.837)
				Reservas de Lucros		186.051	148.631
				Total do patrimônio líquido		5.998.225	5.658.384
Total do ativo		7.826.261	7.348.431	Total do passivo e patrimônio líquido		7.826.261	7.348.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

		01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
	Nota				
Receita Operacional Líquida	20	494.588	961.031	518.677	982.905
Custo dos serviços prestados	21	(371.098)	(696.014)	(367.916)	(669.862)
Lucro bruto		123.490	265.017	150.761	313.043
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	22	(20.812)	(54.155)	(52.565)	(114.677)
Administrativas	23	(61.705)	(103.469)	(33.271)	(63.839)
Tributárias		3.470	(1.342)	(5.342)	(9.863)
Honorários da administração		(189)	(312)	(315)	(619)
Outras receitas (despesas), líquidas	24	1.623	(4.790)	7.791	14.353
		(77.613)	(164.068)	(83.702)	(174.645)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		45.877	100.949	67.059	138.398
Receitas financeiras	25	28.287	38.155	10.052	21.567
Despesas financeiras	25	(23.963)	(46.433)	(18.330)	(41.558)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	25	4.324	(8.278)	(8.278)	(19.991)
Resultado antes dos impostos		50.201	92.671	58.781	118.407
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	15	-	(4.347)	(3.881)	(11.518)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		-	(848)	(462)	(1.268)
Imposto de renda - corrente		21.636	21.636	-	-
Lucro líquido do exercício		71.837	109.112	54.438	105.621
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,51	0,78	0,40	0,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Lucro líquido do exercício	71.837	109.112	54.438	105.621
Resultados abrangentes				
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	-	-	19.050	19.050
Variação líquida do valor justo de investimentos	-13	12	(44)	-
Resultado abrangente total	<u>71.824</u>	<u>109.124</u>	<u>73.444</u>	<u>124.671</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas			Lucros/prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva p/ dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.000.000	864.022	(16.414)	15.935	31.870	146.661	-	5.042.074
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	283.691	-	-	-	-	-	283.691
Integralização de capital	1.010.683	(864.022)	-	-	-	(146.661)	-	-
Ajuste benefício a empregados	-	-	19.050	-	-	-	-	19.050
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	105.621	105.621
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>5.010.683</u>	<u>283.691</u>	<u>2.636</u>	<u>15.935</u>	<u>31.870</u>	<u>-</u>	<u>105.621</u>	<u>5.450.436</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.010.683	513.907	(14.837)	25.645	51.294	71.691	-	5.658.383
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	230.716	-	-	-	2	-	230.718
Integralização de capital	71.693	-	-	-	-	(71.693)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	12	-	-	-	-	12
Ajuste benefício a empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	109.112	109.112
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>5.082.376</u>	<u>744.623</u>	<u>(14.825)</u>	<u>25.645</u>	<u>51.294</u>	<u>-</u>	<u>109.112</u>	<u>5.998.225</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	109.112	105.621
Ajustes por:		
Depreciação	681	(19.116)
Amortização	24.032	18.333
Despesas Financeiras	15.616	(356)
Resultado do ativo imobilizado baixado	-	(290)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(789)
Perdas por baixa de clientes	25.907	90.109
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	21.000	5.707
Tributos Diferidos	(422)	1.268
Ganhos e perdas atuariais	-	(3.999)
Ajuste de estoque	56	92
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(19.110)	(18.085)
	<u>176.872</u>	<u>178.495</u>
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(65.798)	(52.924)
Estoques	(8.179)	(14.358)
Tributos a recuperar e diferidos	(21.622)	(14.063)
Créditos de convênios	(4.298)	(437)
Outros créditos a receber	1.988	(7.175)
Despesa antecipada	480	314
Depósitos judiciais	(13.838)	(7.009)
Fornecedores	33.248	(7.849)
Depósitos e retenções contratuais	6	56
Tributos a recolher	38	23.312
Consignações a recolher	(525)	(374)
Salários e encargos sociais a pagar	(2.042)	9.960
Outras contas a pagar	(5.906)	(5.449)
Provisões para contingências	5	(1.010)
Benefícios a empregados	-	7.998
	<u>90.429</u>	<u>109.487</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação Financeira - convênios	8.416	(9.339)
Ativo Imobilizado	(54.411)	49.819
Ativos Intangível	(176.866)	(264.892)
	<u>(222.861)</u>	<u>(224.412)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	20.329	8.410
Amortização de empréstimos e financiamentos	(15.693)	(19.934)
Emissão de debêntures não conversíveis	-	10.995
Amortização de debêntures	(34.414)	(30.352)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(17.624)	(18.861)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(133.653)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	230.716	283.692
	<u>183.314</u>	<u>100.297</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>50.882</u>	<u>(14.628)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	79.140	141.854
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>130.022</u>	<u>127.226</u>
	<u>50.882</u>	<u>(14.628)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 30/06/2019	01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas		
Água, esgoto e serviços	834.988	809.977
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.907)	(89.320)
Cancelamento	(7.826)	(12.703)
Outros	(5.319)	13.852
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(25.292)	(33.132)
Energia	(98.576)	(86.895)
Serviços de terceiros	(162.497)	(127.950)
Outros	(37.506)	(20.524)
Valor adicionado bruto	472.065	453.305
Retenções		
Depreciação e amortização	(25.058)	782
Valor adicionado líquido produzido	447.007	454.087
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	38.154	21.567
Aluguéis	529	501
Valor adicionado total a distribuir	485.690	476.155
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	98.013	102.595
Benefícios	48.255	44.457
FGTS	7.630	7.782
Tributos		
Federais	168.811	167.473
Estaduais	5.055	5.379
Municipais	1.901	964
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	46.433	41.558
Aluguéis	480	326
Remuneração de capitais próprios		
Juros Sobre o Capital Próprio - JSCP	-	-
Resultados retidos	109.112	105.621
Total distribuído	485.690	476.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



Trimestre Findo em 30 de junho de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 50 anos. De um total de 173 concessões municipais operadas, nenhum contrato está em processo de renovação por estarem vencidos, 129 (75%) vencem de 2019 a 2027 e 44 (25%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2028. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias - CPC 21 (R1).

As demonstrações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Administração em 15 de agosto de 2019.



2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as informações contábeis intermediárias foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis Intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2019 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção do CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil, conforme abaixo:

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.



Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e
- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação é efetuado ajuste no valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento. O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:



- Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima.
- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor.
- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto do direito de uso são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

Como parte do expediente prático da norma, para os contratos que tanto conferem o direito à Companhia de usar um ativo identificado e requerem que determinados serviços sejam fornecidos pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, isto é, aloca qualquer parcela dos pagamentos contratuais referente a quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato.

Natureza dos arrendamentos mercantis da Companhia:

A Companhia arrenda vários imóveis nos municípios onde atua, no montante líquido de R\$ 436. A Companhia também aluga certos equipamentos e veículos, respectivamente, nos montantes líquidos de R\$ 786 e R\$ 7.019. Em todos os casos, os prazos de aluguel não ultrapassam 12 meses, o que exclui esses contratos do escopo da adoção inicial deste pronunciamento.

Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019:

Emissão da interpretação IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda.

Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;



Alteração da norma IAS 19 - Alterações no plano em casos de redução ou liquidação.
Esclarece aspectos de mensuração e reconhecimento no resultado de efeitos de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não espera impactos em possíveis eventos futuros de reduções e liquidações em planos de benefícios a empregados;

Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio.

Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade.

Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2019	31/12/2018
Depósitos bancários vinculados	21.510	16.149
Aplicações financeiras	108.512	62.991
	<u>130.022</u>	<u>79.140</u>

Composição das aplicações financeiras:

Tipo de aplicação	Taxa	30/06/2019	31/12/2018
Depósitos bancários vinculados - CDI	99% a 67% a.a.	15.376	14.901
Aplicações financeiras - CDB	97% a 55% a.a.	93.136	48.090
		<u>108.512</u>	<u>62.991</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 82,01% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI (79,28% em 31 de dezembro de 2018). Em 30 de junho de 2019, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.



Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 29.3 e 29.5.

5 Contas a receber de clientes

	30/06/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Particulares	1.166.728	-	1.166.728	1.137.934	-	1.137.934
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(715.049)	-	(715.049)	(726.336)	-	(726.336)
Órgãos públicos	93.185	-	93.185	82.165	-	82.165
Outros Créditos (a)	(21.319)	-	(21.319)	(14.265)	-	(14.265)
	<u>523.545</u>	<u>-</u>	<u>523.545</u>	<u>479.498</u>	<u>-</u>	<u>479.498</u>
Parcelamentos (b)	27.368	16.491	43.859	28.853	18.444	47.297
Financiamentos (c)	3.328	8.736	12.064	3.760	9.023	12.783
	<u>30.696</u>	<u>25.227</u>	<u>55.923</u>	<u>32.613</u>	<u>27.467</u>	<u>60.080</u>
	<u><u>554.241</u></u>	<u><u>25.227</u></u>	<u><u>579.468</u></u>	<u><u>512.111</u></u>	<u><u>27.467</u></u>	<u><u>539.578</u></u>

- (a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.
- (b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.
- (c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa e/ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.





	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer:		
Faturas de água e esgotos	157.424	157.579
Parcelamentos (a)	43.859	47.296
Financiamentos (b)	12.065	12.783
	<u>213.348</u>	<u>217.658</u>
Até 30 dias	63.497	56.806
De 31 a 60 dias	30.543	30.889
De 61 a 90 dias	22.716	26.436
Mais de 90 dias	249.364	207.789
	<u>366.120</u>	<u>321.920</u>
Total do circulante e não circulante	<u>579.468</u>	<u>539.578</u>

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Saldo inicial	726.336	644.760
Recuperação de PCLD	(92.270)	(121.367)
Perda do exercício	80.983	206.973
Provisão para perda	-	8.795
Reversão da PCLD	-	(12.825)
Saldo final	<u>715.049</u>	<u>726.336</u>

5.1 Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

As Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não iniciado processo judicial. Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.



5.2 Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa Econômica Federal I	-	1.400
Caixa Econômica Federal II	2.513	2.634
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil I	2.100	2.100
BNDES	41.103	41.103
Debêntures III	5.384	5.599
FIDC	9.935	7.796
IN-14	9.463	-
	<u>72.213</u>	<u>62.347</u>

6 Estoques

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Material de operação e manutenção	41.294	37.170
Material de tratamento químico	17.598	13.628
Outros materiais	379	350
	<u>59.271</u>	<u>51.148</u>

7 Ativo fiscal - corrente e diferido

Imposto de renda a recuperar	47.797	-	23.513	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	30.980	-	32.306	-
COFINS a recuperar	3.678	-	3.704	-
PIS a recuperar	1.075	-	1.111	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	2.001	-	2.005	-
	<u>86.343</u>	<u>-</u>	<u>63.451</u>	<u>-</u>
Diferido				
CSLL diferido	-	727	-	727
	<u>-</u>	<u>727</u>	<u>-</u>	<u>727</u>
	<u>86.343</u>	<u>727</u>	<u>63.451</u>	<u>727</u>

A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.



8 Convênios e outros investimentos

8.1 Circulante

	30/06/2019	31/12/2018
Outros Créditos		
Pessoal a disposição outros órgãos	15.198	12.649
	15.198	12.649

(a) Refere-se funcionários disponibilizados aos seguintes órgãos públicos:

- Federais: JFPE, MPF, TRF5 e TRT6;
- Estaduais: CPRH, DER, FUNDARPE, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, Secretaria das Cidades, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria do Trabalho e Procuradoria Geral do Estado;
- Municipais: URB, Prefeituras do Recife, São Lourenço da Mata, Sirinhaém, Venturosa, Olinda, Vitória de Santo Antão, Jaboatão dos Guararapes e Caruaru;
- Outros: COMPESAPrev.

8.2 Não circulante - Outros investimentos

	30/06/2019	31/12/2018
Depósitos bancários - Conta convênio	92	165
Aplicações financeiras - Convênio (a)	11.845	12.105
Aplicações financeiras - Garantia banco (b)	7.760	15.543
Títulos e valores mobiliários (c)	12.950	12.748
	32.647	40.561
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.405	5.405
Convênios Municipais	100.784	95.384
	108.344	102.944
	140.991	143.505

- (a) Refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras;
- (b) Decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures II;
- (c) Refere-se ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.





Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgão estaduais:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Federais	2.155	2.155
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
Estaduais	5.405	5.405
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602
Municipais	100.784	95.384
Prefeitura do Recife - FMSAN (a)	96.834	91.434
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	<u>108.344</u>	<u>102.944</u>

(a) Prefeitura do Recife - Fundo Municipal de Saneamento (FMSAN) - Extinta "SANEAR"

No segundo trimestre de 2019, os montantes de R\$ 2.000 e R\$ 3.400 foram repassados, respectivamente, em abril e maio de 2019.

9 Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento para 13º salário aos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Adiantamentos a fornecedores	10.750	14.877
Adiantamento 13º salário	2.121	-
Adiantamento participações empregados	1.677	1.677
Outros	949	931
	<u>15.497</u>	<u>17.485</u>





10 Imobilizado

10.1 Composição

	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	29.118	(14.504)	14.614	28.470	(13.533)	14.937
Computadores e periféricos	21.487	(17.514)	3.973	21.271	(16.610)	4.661
Telefonia e comunicação	1.864	(1.258)	606	1.864	(1.213)	651
Ferramentas de manutenção	181	(143)	38	181	(130)	51
Bens de segurança	147	(110)	37	147	(107)	40
Eletrodoméstico	1.062	(737)	325	1.055	(704)	351
Móveis e utensílios	7.456	(4.221)	3.235	6.590	(4.072)	2.518
Veículos	5.976	(5.912)	64	5.976	(5.807)	169
Edificações	15.136	(5.047)	10.089	15.136	(4.975)	10.161
Terrenos	2.253	-	2.253	2.253	-	2.253
Bens sem tombamento	146	-	146	146	-	146
Obras em Andamento material para expansão	65.374	-	65.374	54.428	-	54.428
Obras em Andamento material para automação	9.437	-	9.437	9.353	-	9.353
Obras em Andamento material para plano de aplicação	230	-	230	192	-	192
Migração de Ativo Fixo/Saldo	110	-	110	110	-	110
Total	159.977	(49.446)	110.531	147.172	(47.151)	100.021



10.2 Movimentação do custo do imobilizado

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.470	432	(26)	242	29.118	24.438	3.849	-	183	28.470
Computadores e periféricos	21.271	244	(33)	-	21.482	20.436	775	-	60	21.271
Telefonia e comunicação	1.864	-	-	-	1.864	1.155	709	-	-	1.864
Ferramentas de manutenção	181	-	-	3	184	116	189	(124)	-	181
Bens de segurança	147	-	-	-	147	105	42	-	-	147
Eletrodoméstico	1.055	8	(1)	-	1.062	1.096	-	(41)	-	1.055
Móveis e utensílios	6.590	182	(11)	695	7.456	5.662	928	-	-	6.590
Veículos	5.976	-	-	-	5.976	8.404	-	(2.428)	-	5.976
Edificações	15.136	-	-	-	15.136	59	15.136	(59)	-	15.136
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253	3.982	-	(1.729)	-	2.253
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146	146	-	-	-	146
Obras em Andamento material para expansão	54.428	15.780	(3.894)	(940)	65.374	33.377	21.294	-	(243)	54.428
Obras em Andamento material para automação	9.353	170	(86)	-	9.437	7.866	1.487	-	-	9.353
Obras em Andamento material para plano de aplicação	192	38	-	-	230	-	201	(9)	-	192
Migração de Ativo Fixo/Saldo	110	-	-	-	110	75.925	110	(75.925)	-	110
Total do custo	147.172	16.854	(4.051)	-	159.975	182.767	44.720	(80.315)	-	147.172



10.3 Movimentação da Depreciação

	Taxas (a.a.%)	30/06/2019			31/12/2018			
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(13.533)	(971)	(14.504)	(10.738)	(2.795)	-	(13.533)
Computadores e periféricos	20	(16.610)	(904)	(17.514)	(14.183)	(2.427)	-	(16.610)
Telefonia e comunicação	20	(1.213)	(45)	(1.258)	(827)	(386)	-	(1.213)
Ferramentas de manutenção	20	(130)	(13)	(143)	(87)	(43)	-	(130)
Bens de segurança	20	(107)	(3)	(110)	(85)	(22)	-	(107)
Eletrodoméstico	10	(704)	(33)	(737)	(605)	(99)	-	(704)
Móveis e utensílios	10	(4.072)	(149)	(4.221)	(3.432)	(640)	-	(4.072)
Veículos	10	(5.807)	(105)	(5.912)	(5.610)	(197)	-	(5.807)
Edificações	20	(4.975)	(72)	(5.047)	(14)	(4.961)	-	(4.975)
Migração de Ativo Fixo/Saldo	4	-	-	-	(45.490)	-	45.490	-
Total		(47.151)	(2.295)	(49.446)	(81.071)	(11.570)	45.490	(47.151)



11 Intangível

11.1 Composição

	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	6.377.910	(766.282)	5.611.628	6.160.312	(742.765)	5.417.547
Contratos de concessões - PPP	935.366	-	935.366	796.274	-	796.274
Direitos de uso de softwares	39.218	(4.421)	34.797	38.195	(4.101)	34.094
	<u>7.352.494</u>	<u>(770.703)</u>	<u>6.581.791</u>	<u>6.994.781</u>	<u>(746.866)</u>	<u>6.247.915</u>

Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013. Em 25 de abril de 2017, foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. Foi alterado o controlador indireto e a denominação social, sem qualquer impacto na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.



Garantias

Em 30 de junho de 2019, não há bens oferecidos como garantia de processos judiciais.

Compromissos contratuais

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia. Esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.



11.2 Movimentação

		30/06/2019				31/12/2018			
	Taxas (a.a.%)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Contratos de concessões									
Custo		6.160.312	247.807	(30.209)	6.377.910	5.574.474	585.838	-	6.160.312
Amortização	2%	(742.765)	(23.517)	-	(766.282)	(668.301)	(74.464)	-	(742.765)
		<u>5.417.547</u>	<u>224.290</u>	<u>(30.209)</u>	<u>5.611.628</u>	<u>4.906.173</u>	<u>511.374</u>	<u>-</u>	<u>5.417.547</u>
Contratos de concessões - PPP									
Custo		796.274	223.243	(84.151)	935.366	598.328	203.160	(5.214)	796.274
		<u>796.274</u>	<u>223.243</u>	<u>(84.151)</u>	<u>935.366</u>	<u>598.328</u>	<u>203.160</u>	<u>(5.214)</u>	<u>796.274</u>
Softwares e direitos de uso									
Custo		38.195	1.064	(41)	39.218	36.467	10.041	(8.313)	38.195
Amortização	10%	(4.101)	(320)	-	(4.421)	(3.463)	(638)	-	(4.101)
		<u>34.094</u>	<u>744</u>	<u>(41)</u>	<u>34.797</u>	<u>33.004</u>	<u>9.403</u>	<u>(8.313)</u>	<u>34.094</u>
		<u>6.247.915</u>	<u>448.277</u>	<u>(114.401)</u>	<u>6.581.791</u>	<u>5.537.505</u>	<u>723.937</u>	<u>(13.527)</u>	<u>6.247.915</u>

12 Empréstimos e financiamentos

	30/06/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil - FIDC (a)	23.750	55.000	20.000	67.500
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (b)	4.603	5.756	4.604	8.056
Caixa Econômica Federal II (c)	5.445	0	9.333	779
Banco do Brasil (d)	10.000	23.333	10.000	28.333
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (e)	0	6.967	-	4.761
Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (f)	-	20.069	-	3.633
	43.798	111.125	43.937	113.062

- (a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC COMPESA possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 30 de junho de 2019 é de R\$ 91.786 (R\$ 100.346 em 2018), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 78.835 (R\$ 87.594 em 2018) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 13.016 (R\$ 12.798 em 2018), que representa 14,18% (12,75% em 2018) do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente a 30 de junho de 2019, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado:

ATIVO			PASSIVO		
	30/06/2019	31/12/2018		30/06/2019	31/12/2018
Circulante e Realizável a Longo Prazo			Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Disponibilidades	11	12	Provisão para Pgts a Efetuar	41	45
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.016	12.798	Valores a Pagar a Sociedade Administradora	37	37
Operações de Crédito	78.835	87.594			
Outros Valores e Bens	-	20	Patrimônio Líquido	91.786	100.346
Compensação	2	4	Capital Social	87.302	97.302
			Lucros (Prejuízos) Acumulados	4.484	3.044
Total Geral do Ativo	91.864	100.428	Total Geral do Passivo	91.864	100.428

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) - Adaptado em milhares.



- (a) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuama no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB;
- (b) Em 28 de janeiro de 2016 foi assinado contrato para atender o capital de giro da Companhia, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 28 de janeiro de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes;
- (c) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a, com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento será em 13 de outubro de 2022. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;
- (d) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;
- (e) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da COMPESA. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 240 meses, contado a partir de 29/12/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%.



O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	30/06/2019	31/12/2018
2020	22.302	42.882
2021	44.268	43.561
2022	19.223	18.452
2023	25.332	8.167
	<u>111.125</u>	<u>113.062</u>

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

13 Fornecedores

	30/06/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais (a)	24.553	20.756
Prestadores de serviços (b)	70.904	55.613
Empreiteiros de obras (c)	8.597	8.864
Fornecedor de energia elétrica	35.791	34.389
Outros (d)	21.457	8.431
	<u>161.302</u>	<u>128.053</u>

- (a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste;
- (b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação;
- (c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia;
- (d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, alimentação, locação de veículos e fornecedores mistos.



14 Debêntures

Contrato	Taxas	30/06/2019			31/12/2018		
		Quantidade	Circulante	Não circulante	Quantidade	Circulante	Não circulante
Debêntures I							
07.211.101/017	TJLP +2,44 a.a.	118	672	-	118	893	223
07.211.101/025	TJLP +2,44 a.a.	73	416	-	73	552	138
07.211.101/033	TJLP +2,44 a.a.	140	798	-	140	1.059	265
07.211.101/041	TJLP +2,44 a.a.	149	849	-	149	1.128	282
07.211.101/050	TJLP +2,44 a.a.	304	1.732	-	304	2.301	576
07.211.101/068	TJLP +2,44 a.a.	91	518	-	91	689	172
07.211.101/076	TJLP +2,44 a.a.	125	725	-	125	963	241
		1.000	5.710	-	1.000	7.585	1.897
Debêntures II							
11.200.491/011	TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.339	5.282	3.000	6.315	8.426
11.200.491/038	TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.451	7.043	1.100	8.419	11.234
11.600.051/027	9,78%aa+IPCA	3.000	10.369	10.765	3.000	9.734	21.243
		7.100	25.159	23.090	7.100	24.468	40.903
Debêntures III							
CT.PS.16.3.001	CETIP	10.000	19.672	37.706	10.000	19.672	47.542
		10.000	19.672	37.706	10.000	19.672	47.542
		18.100	50.541	60.796	18.100	51.725	90.342

14.1 Debêntures I

Em 3 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.



Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- (i) Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- (ii) Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- (iii) Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- (iv) Instalação e substituição de hidrômetros; e
- (v) Melhoria da gestão de suprimentos.

14.2 Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição de 7.100 debêntures simples e nominativas, sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP. Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses, a contar da data de emissão e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão. Foram subscritas apenas 7.100 debêntures desta emissão com vencimento da última parcela em abril de 2021.

14.3 Debêntures III

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência, a contar da data de emissão. Logo, a amortização do saldo devedor iniciou em maio de 2017 e o vencimento da última parcela é em abril de 2021.

14.4 Cláusulas restritivas

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e



- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

14.5 Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

	30/06/2019	31/12/2018
2020	17.231	46.935
2021	35.366	35.208
2022	8.199	8.199
	<u>60.796</u>	<u>90.342</u>



15 Passivo fiscal corrente e diferido

	30/06/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	8.079	-	5.600	-
CSLL	4.957	-	14.019	-
Outros tributos a recolher	2	-	2	-
Parcelamento - Outros	101	554	116	554
	<u>13.139</u>	<u>554</u>	<u>19.737</u>	<u>554</u>
Tributos retidos de terceiros				
Corrente:				
IRRF	8.241	-	2.914	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	859	-	1.257	-
ISS	1.646	-	1.966	-
INSS	2.698	-	3.045	-
Outros tributos a recolher	38	-	38	-
	<u>13.482</u>	<u>-</u>	<u>9.220</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal - corrente	<u>26.621</u>	<u>554</u>	<u>28.957</u>	<u>554</u>
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	1.863	-	1.666	-
COFINS	8.580	-	7.673	-
CSLL	-	32.490	-	31.642
Passivo fiscal - diferido	<u>10.443</u>	<u>32.490</u>	<u>9.339</u>	<u>31.642</u>
	<u>37.064</u>	<u>33.044</u>	<u>38.296</u>	<u>32.196</u>

15.1 Passivo fiscal - corrente

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 8.079 (R\$ 5.600 em 2018).

ISS retido a recolher

A Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS) que, em 30 de junho de 2019, totalizaram R\$ 1.646 (R\$ 1.966 em 2018).



15.2 Passivo fiscal - diferido

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

Imunidade Tributária

Em 14 de novembro de 2018 foi proferida e publicada pelo Supremo Tribunal Federal a decisão negando provimento ao Recurso Extraordinário nº 1.172.083 contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, interposto pela União Federal na Ação Declaratória de imunidade tributária recíproca (impostos federais) proposta pela COMPESA. Em consequência da decisão, houve a confirmação do reconhecimento em favor da COMPESA do direito à imunidade tributária recíproca no tocante a todos os impostos federais, com especial atenção para IRPJ, IRRF e IOF.

A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

Em 17/04/2019 foi reconhecido no resultado o crédito decorrente do processo judicial transitado e julgado sob nº 0802796-27.2013.4.05.8300, conforme processo judicial eletrônico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e habilitação junto à Receita Federal do Brasil (RFB) sob nº 10480.723022.2019-68, no montante de R\$ 39.055. Também houve atualização pela taxa SELIC, no montante de R\$ 17.419, sendo reconhecido como receita de juros, perfazendo, assim, um montante total de R\$ 21.636.

Contribuição social sobre o lucro líquido - diferida

A contribuição social diferida é reconhecida em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

A contribuição social diferida é determinada considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando a respectiva contribuição social for realizada.

A contribuição social diferida é reconhecida somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.



16 Salários e encargos sociais a pagar

	30/06/2019	31/12/2018
Provisão para 13º salário	10.342	-
Participação no resultado	10.911	10.915
Provisão para férias	23.915	21.981
INSS a recolher	5.450	5.582
Salários a pagar	-	10
FGTS a recolher	1.269	1.841
Valores a pagar COMPESAPREV	1.149	1.725
Valores a pagar COMPESASAÚDE	4.007	3.340
SESI/SENAI a recolher	404	840
Vale Alimentação	7.801	7.943
Rescisões	892	1.271
Outros - Transitória COMPESAPREV	138	151
	<u>66.278</u>	<u>55.599</u>

17 Outras contas a pagar

	30/06/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV (17.1)	11.435	21.904	11.170	25.722
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE (17.2)	233	-	273	181
Prefeitura de Petrolina (17.3)	1.057	512	1.057	512
Convênios Estadual e Federais (17.4)	-	-	-	1.648
Convênios CODEVASF (17.4)	-	92.323	-	90.632
Ressarcimento a terceiros (17.5)	-	-	400	-
Parceria Público-Privada - PPP (17.6)	-	935.366	-	796.274
Recuperação CBOS - PPP (17.6)	-	(172.061)	-	(152.951)
Outros	832	31	846	32
	<u>13.557</u>	<u>878.075</u>	<u>13.746</u>	<u>762.050</u>



17.1 Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

- Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor. O saldo em 30 de junho 2019 totalizou R\$ 33.339 (R\$ 36.892 em 31 de dezembro de 2018), restando 39 parcelas/120. A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo inicial 31/12/2018	Encargos	Amortização	Saldo final 30/06/2019
Confissão de dívida com COMPESAPREV	36.892	905	4.458	33.339

17.2 Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de confissão de dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 30 de junho de 2019 é de R\$ 233 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2018).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019, restando 6/120 parcelas.



	Saldo inicial 31/12/2018	Encargos	Amortização	Saldo final 30/06/2019
Confissão de dívida com COMPESASAUDE	454	20	241	233

17.3 Prefeitura de Petrolina

Em virtude do instrumento particular de confissão de dívida, transação e outras avenças firmadas com o município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

17.4 Convênios (Estadual e Federais)

CEHAB

Em 22 de novembro de 2010 foi firmado com a Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB convênio para o remanejamento da linha tronco de distribuição de água nos diâmetros de 600mm e 250mm na Avenida Maria Irene. Tal convênio entrou em vigência em 31 de março de 2011 e encontra-se vigente até a presente data devido a pendências de prestação de contas.

Órgãos Federais

DER

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o Departamento de Estradas e Rodagens - DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 hectares da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio teve vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

Ministério da Integração Nacional

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Pernambuco, convênio para a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais localizadas em Pernambuco, ao longo dos canais do projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF. Tal convênio tem vigência de 720



dias a contar da assinatura e valor total de R\$ 41.133, estando ativo em razão de obras em execução.

CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive, beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado. Valor total do convênio: R\$ 65.000. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.

17.5 Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras.

17.6 Parceria Público-Privada (PPP)

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa 11.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da Contraprestação da Operação do Sistema - COS incluído nos pagamentos referente à Contraprestação Básica da Operação do Sistema - CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.



18 Provisão para perdas em processos judiciais

	30/06/2019	31/12/2018
Ações trabalhistas	48.658	30.136
Ações cíveis/tributárias	43.921	41.438
	<u>92.579</u>	<u>71.574</u>

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.042	38.601	61.643
Constituição de Provisões	11.669	11.668	23.337
Reversão de provisões	(4.575)	(8.831)	(13.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.136	41.438	71.574
Constituição de provisões	18.753	3.071	21.824
Reversão de provisões	-	(819)	(819)
Saldo em 30 de junho de 2019	<u>48.889</u>	<u>43.690</u>	<u>92.579</u>

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 104.985 (R\$ 91.147 em 2018).

As declarações de rendimentos e os demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitos a exame por parte de Autoridades Fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à COMPESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de R\$ 92.579 (R\$ 71.574 em 2018).



19 Patrimônio Líquido

19.1 Capital social

Em abril de 2019, houve uma integralização de capital com recurso oriundo de reserva para dividendos adicionais, no montante de R\$ 71.692, sendo 1.951.783 ações ordinárias e 1.140 ações preferenciais, totalizando 1.952.923 ações nominativas sem valor nominal. Assim a quantidade de ações da Companhia foi passou de 137.382.388 para 139.335.311, representando R\$ 5.082.376 de capital integralizado, sendo 139.253.984 ações ordinárias e 81.327 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 230.716 (R\$ 513.907 em 31 de dezembro 2018) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei de orçamentaria anual - LOA estadual 2018. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 744.623 (R\$ 513.907 em 31 de dezembro 2018).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros

19.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

	30/06/2019	31/12/2018
Movimentação		
Saldo inicial de adiantamento	513.907	864.022
Quantidade de ações	6.053	21.484
Adiantamento no período/exercício (a)	230.716	513.907
Quantidade de ações	6.285	7.543
Incorporação ao capital social	0	864.022
Quantidade de ações	0	22.974
Saldo final de adiantamentos	<u>744.623</u>	<u>513.907</u>
Quantidade de ações	<u>12.338</u>	<u>6.053</u>

(a) referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos no montante de R\$ 230.716 no período (R\$ 513.907 em 31 de dezembro de 2018).



20 Receita operacional líquida

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas de prestação de serviços				
Serviços de abastecimento de água	328.726	649.985	313.608	628.399
Serviços de esgotamento sanitário	93.618	185.004	92.235	181.578
Serviços de construção	116.533	212.158	158.594	260.061
	<u>538.877</u>	<u>1.047.147</u>	<u>564.437</u>	<u>1.070.038</u>
Deduções da receita				
COFINS e PIS	-39.466	-78.290	-37.359	-74.431
Cancelamentos	(4.823)	(7.826)	(8.401)	(12.702)
	<u>(44.289)</u>	<u>(86.116)</u>	<u>(45.760)</u>	<u>(87.133)</u>
Total	<u>494.588</u>	<u>961.031</u>	<u>518.677</u>	<u>982.905</u>

21 Custos dos serviços prestados

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Pessoal	(71.756)	(138.961)	(74.037)	(139.474)
Energia elétrica	(45.706)	(86.998)	(42.129)	(78.402)
Serviços de terceiros	(106.662)	(209.677)	(72.889)	(142.682)
Materiais	(6.830)	(13.004)	(5.032)	(10.548)
Produtos químicos	(7.879)	(9.912)	(5.602)	(19.125)
Depreciação e amortização	(15.154)	(24.168)	(9.004)	(18.323)
Despesas gerais	(578)	(1.136)	(629)	(1.247)
Custo de construção (a)	(116.533)	(212.158)	(158.594)	(260.061)
	<u>(371.098)</u>	<u>(696.014)</u>	<u>(367.916)</u>	<u>(669.862)</u>

(a) Em atendimento ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do trimestre e semestre findo em 30 de Junho de 2019 e 2018, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.



22 Despesas comerciais

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Pessoal	(4.183)	(8.209)	(4.306)	(8.547)
Energia elétrica	(1.370)	(2.322)	1.200	87
Serviços de terceiros	(7.926)	(16.645)	(7.059)	(15.752)
Materiais	(35)	(54)	(27)	(53)
Depreciação e amortização	(416)	(901)	(489)	(982)
Despesas gerais	(81)	(117)	(59)	(110)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas com clientes	(6.801)	(25.907)	(41.825)	(89.320)
	<u>(20.812)</u>	<u>(54.155)</u>	<u>(52.565)</u>	<u>(114.677)</u>

23 Despesas administrativas

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Serviços de terceiros	(17.645)	(31.945)	(15.833)	(30.419)
Pessoal	(17.925)	(34.719)	(17.589)	(33.009)
Despesas gerais	(25.444)	(36.253)	(9.117)	(19.167)
Depreciação e amortização	(282)	11	10.085	20.087
Materiais	(335)	(425)	(330)	(789)
Energia elétrica	(74)	(138)	(487)	(542)
	<u>(61.705)</u>	<u>(103.469)</u>	<u>(33.271)</u>	<u>(63.839)</u>

24 Outras receitas (despesas), líquidas

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas de aluguéis	274	529	251	501
Receitas de imobilizado	-	-	(277)	-
Ajustes - inventários físicos	-	-	92	92
Taxa de administração de recebíveis	42	83	35	74
Multa impontualidade	309	971	3.646	4.628
Recuperação de despesas	(13)	(11)	(299)	(299)
Outras receitas e despesas operacionais	1.011	(6.362)	4.343	9.357
	<u>1.623</u>	<u>(4.790)</u>	<u>7.791</u>	<u>14.353</u>



25 Receitas e despesas financeiras, líquida

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas de venda				
Receita financeira de clientes (a)	7.947	15.688	7.688	16.448
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	20.440	22.222	2.382	5.104
Outras receitas financeiras	(100)	245	(18)	15
	<u>28.287</u>	<u>38.155</u>	<u>10.052</u>	<u>21.567</u>
Despesas				
Descontos concedidos	(14.747)	(28.725)	(10.880)	(23.020)
Encargos e atualização monetária	(9.216)	(17.708)	(10.058)	(21.146)
Perda atuarial	-	-	2.608	2.608
	<u>(23.963)</u>	<u>(46.433)</u>	<u>(18.330)</u>	<u>(41.558)</u>
Total	<u><u>4.324</u></u>	<u><u>(8.278)</u></u>	<u><u>(8.278)</u></u>	<u><u>(19.991)</u></u>

- (a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 2.615 (R\$ 1.299 em 31 de dezembro de 2018), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 13.073 (R\$ 6.442 em 31 de dezembro de 2018).
- (b) O valor corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

26 Cobertura de seguros

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.



27 Riscos e questões ambientais

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela Diretoria de Articulação e Meio Ambiente - DAM. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

28 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas ao Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para futuro aumento de capital, no qual o governo aportou recursos para aquisição de ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 19.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;



30/06/2019

Balço patrimonial	Resultado do período	
	Passivo circulante (Nota 13b)	Passivo não circulante (Nota 17)
Parte relacionada		
Odebrecht Ambiental	2.207	935.366
Odebrecht Ambiental	-	(172.061)
Parte relacionada		
Odebrecht Ambiental		
Despesa		(108.256)
Receita com serviço de construção (nota 21)		212.158
Custo com serviço de construção (nota 22)		(212.158)
▪ Remuneração dos administradores e Participação nos resultados dos administradores:		
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Controlador		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	18.273	32.176
Outras partes relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	10.685	34.036
Remuneração dos Administradores	312	1.269



	30/06/2019		31/12/2018	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	24.935	-	39.012	-
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	112.500	8.597	130.458	8.965
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512	1.057	512

- Resultado do exercício - Os saldos credores referem-se à receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.
- Ativos circulante e não circulante - Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a BRK Ambiental.
- Passivos circulante e não circulante - Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a prefeitura municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a BRK Ambiental.

29 Instrumentos financeiros

29.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da



Companhia. Divulgações quantitativas em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

29.2 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares, como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

29.3 Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAPUDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante



pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento - DMA, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, além de revisar periodicamente, sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. São medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na nota explicativa nº 17.1, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do plano, a COMPESA.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	130.022	79.140
Contas a receber de clientes	554.241	512.111
Créditos de convênios	123.542	115.593
Outros créditos a receber	15.497	17.485
	<u>823.302</u>	<u>724.329</u>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

	30/06/2019	31/12/2018
Não vencidos	457.182	402.409
Vencidos de 0 a 30 dias	63.497	56.806
Vencidos de 31 a 60 dias	30.543	30.889
Vencidos de 61 a 90 dias	22.716	26.436
Vencidos há mais de 90 dias	249.364	207.789
	<u>823.302</u>	<u>724.329</u>



29.4 Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011, a Companhia negociou com o BNDES (debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para o trimestre findo em 30 de junho de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants (vide Nota Explicativa nº14) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos financeiros não derivativos	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	154.923	156.999
Fornecedores	161.302	128.053
Outras contas a pagar	891.632	775.796
Consignações a recolher	4.614	5.139
Debêntures	111.337	142.067
	<u>1.323.808</u>	<u>1.208.054</u>



Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivados							
Empréstimos e financiamentos bancários	154.923	154.923	23.617	20.997	45.493	42.665	22.151
Fornecedores	161.302	161.302	80.651	80.651	-	-	-
Outras contas a pagar	891.632	891.632	6.007	6.044	15.640	7.227	856.714
Consignações a recolher	4.614	4.614	4.614	-	-	-	-
Debêntures	111.337	111.337	21.038	29.504	42.761	18.034	-
	<u>1.323.808</u>	<u>1.323.808</u>	<u>135.927</u>	<u>137.196</u>	<u>103.894</u>	<u>67.926</u>	<u>878.865</u>

29.5 Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima e o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures, empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Em 30 de junho de 2019, das demonstrações contábeis apresentam o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	30/06/2019	31/12/2018
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	823.302	724.329
Passivos financeiros	1.330.478	1.208.054
(a)	(507.176)	(483.725)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	128.117	90.639
Passivos financeiros	266.260	299.066
(b)	(138.143)	(208.427)
(a) - (b)	<u>(369.033)</u>	<u>(275.298)</u>



Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

	30/06/2019		31/12/2018		30/06/2019		31/12/2018	
	Lucro ou prejuízo		Lucro ou prejuízo		Patrimônio Líquido		Patrimônio Líquido	
	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos
Ativos financeiros	109.951	108.273	230.698	227.368	109.951	108.273	230.698	227.368
Passivos financeiros	112.352	105.872	235.388	222.678	112.352	105.872	235.388	222.678
	(2.401)	2.401	(4.691)	4.691	(2.401)	2.401	(4.691)	4.691

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	823.302	823.302	724.329	724.329
Passivos financeiros	1.330.478	1.330.478	1.208.054	1.208.054
(a)	(507.176)	(507.176)	(483.725)	(483.725)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	128.117	128.117	90.639	90.639
Passivos financeiros	266.260	266.260	299.066	299.066
(b)	(138.143)	(138.143)	(208.427)	(208.427)
(a) - (b)	(369.033)	(369.033)	(275.298)	(275.298)

(a) Contratos de concessão

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as prefeituras municipais, que possam ensejar perda da "concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador, Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato



de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento, conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e administração das concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A COMPESA, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única Companhia do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da Companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

(b) Revisões tarifárias

A Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através da Resolução nº 131, de 11 de abril de 2018, a Arpe suspendeu os eventos da etapa final da revisão tarifária ordinária de 2018 autorizando a aplicação do índice de reposicionamento tarifário provisório no valor de 2,78%, à partir de 12 de maio de 2018, adotando a mesma fórmula de reajuste anual tarifário, considerando o IPCA e IGP-M acumulados, de 1º fevereiro de 2017 à 28 de fevereiro de 2018, nos valores de 3,1843% e - 0,0382%, respectivamente.



A Companhia apresentou, dentro do prazo estabelecido, o estudo de gestão de ativos adaptado às disposições metodológicas da Resolução ARPE nº 88/2014, e, em 31 de dezembro de 2018, aguardava a redefinição de data por parte da ARPE para realização de Reunião Presencial referente à Audiência Pública nº 001/2018 - revisão tarifária ordinária de 2018, onde os trabalhos serão retomados. Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia ainda aguardava definição de retomada dos trabalhos por parte da ARPE.

29.6 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia defina como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

29.7 Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é apresentada a seguir:

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Total do passivo	1.834.706	1.547.721
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	<u>130.022</u>	<u>82.919</u>
Dívida líquida (A)	1.704.684	1.464.802
Total do patrimônio líquido (C)	<u>5.998.225</u>	<u>5.804.044</u>
Capital ajustado (B)	<u><u>7.702.909</u></u>	<u><u>7.268.846</u></u>

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital. A Companhia não está sujeita a exigências externas de chamada de capital.

A dívida líquida (A) representa 22% do capital ajustado (B) e 28% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 operações com derivativos.



30 Créditos aos acionistas

A Companhia não possui valores a pagar, no longo prazo, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco.

31 Evento Subsequente

31.1 Revisão Tarifária

Em 05 de julho de 2019 foi realizada a Audiência Pública no. 002/2019, no auditório do Banco central, quanto ao pleito de Revisão Tarifária Ordinária - RTO dos serviços de bastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários do estado de Pernambuco, prestados pela COMPESA, em atendimento ao § 2º do art. 6º do Decreto Estadual no. 29.367/2006.

Ficou estabelecido o Índice de Reposição Tarifária - IRP, apresentado pela ARPE, segundo o quadro a seguir:

Descrição	Valor (R\$ mil)	
	Antes da aplicação das Metas Regulatórias	Após a aplicação das Metas Regulatórias
Despesas de Exploração (DEX)	877.295	863.929
Contraprestação Operação Sistema (COS)	228.826	228.826
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	32.591	32.591
Retorno do Capital (RC)	348.707	348.476
Receitas Indiretas (RI)	-19.152	-19.152

Descrição	Valor (R\$ mil)	
	Antes da aplicação das Metas Regulatórias	Após a aplicação das Metas Regulatórias
Receita Requerida Preliminar (antes da RIR)	1.468.268	1.454.670
Receitas Irrecuperáveis Regulatórias (RIR)	79.286	78.552
Tributos sobre Faturamento (TSF)	99.750	98.849
Receita Requerida (RR)	1.647.304	1.632.071
Receita Atual (RA)	1.514.000	1.529.341
Insuficiência Tarifária (RA-RR)	-133.304	-102.730
Índice de Reposicionamento Tarifário - IRP (%)	8,80	6,72





Da insuficiência tarifária identificada no processo de revisão antes da aplicação das metas regulatórias, ficou decidido que 6,72% serão compensados pelos usuários dos serviços pelo aumento das tarifas e 2,08% virão do esforço operacional da COMPESA para reduzir perdas e despesas de exploração. A aplicação do reajuste tarifário será realizada em 12 de agosto de 2019.

Conforme resultado da audiência pública e de acordo com a nota técnica ARPE/DEF/CTEEF no. 02/2018, para a obtenção dos Índices de Reajustes Tarifários Anuais do período de 2020 a 2022, será utilizada a equação IRT = $(0,852 \times \text{IPCA} + 0,148 \times \text{IGPM}) - 0,005$.

31.2 Empréstimo Banco do Brasil

Em 21 de junho de 2019 foi emitida cédula de crédito bancário n. 323.400.034 pela COMPESA em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 18.000.000, com vencimento inicial em julho de 2020 e final em junho de 2024, totalizando 48 parcelas. Comissão flat de 1,5% sobre o crédito concedido e encargos financeiros medidos pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano.

O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo impedido de aplicação em investimentos fixos. A data efetiva da entrada do recurso foi 1 de julho de 2019.

